

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



ATA

20.ª Reunião da Assembleia de Delegados da Ordem dos Arquitectos (2020-2022)

15.julho.2023

Centro, Coimbra

Aos 15 dias do mês de julho de 2023, reuniu a Assembleia de Delgados da Ordem dos Arquitectos (AdD), para a sua 20.ª reunião (ordinária) e a 7.ª descentralizada, que se realizou presencialmente e em formato telemático, na Casa das Caldeiras, em Coimbra, a convite da Secção Regional do Centro.

- **Participaram na reunião os seguintes Delegados:** Adriana Floret, Ana Nascimento, Célia Maia (em substituição de Carlos Veloso), Décio Ferreira, Fátima Matos, Igor Espínola França, Ivo Oliveira, José Luís Fernandes, José Martinez, João Fagulha, Leonor Cintra Gomes, Luís Miguel Correia, Luís Oliveira, Luís Pacheco (em substituição de Nuno Freitas) Maria Manuel Oliveira, Manuel Rosa, Marta Falcão, Patrícia Fernandes Rocha, Paulo Pardelha, Paulo Seródio e Telmo Cruz.
- **Por “zoom”:** Francisco Domingos e Lino Paixão
- **Não participaram:** Carlos Antunes, João Belo Rodeia, Lia Ferreira, Luís Tristão e Manuel Vieira que justificaram a ausência.
- **Foram convidados** e estiveram presentes: - Para apresentação do Ponto 4 da OT, Carla Lima Vieira;
- Participaram no Ponto 5 da OT o Presidente, a Vice-Presidente e o vogal do CDN, Rui Serrano, e todos os Presidentes dos CDR, bem como a Vice-Presidente do CDR-Centro, Ana Carolina Freitas, tendo a Presidente do CDR-LVT participado via zoom.
- **Participou ainda**, a responsável pelo secretariado administrativo, Fátima Marques.

A reunião teve a seguinte **Ordem de Trabalhos:**

1. Intervenção do Presidente do Conselho Diretivo Regional Centro – Arq.º Carlos Figueiredo;
2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse.
3. Aprovação das Atas das 18.ª e 19.ª reuniões, realizadas respetivamente 27 de maio e 17 de junho;
4. Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Colégio da Sustentabilidade do Ambiente Construído.
5. Balanço do Mandato da Assembleia de Delegados 2020/2023
6. Outros Assuntos.

A Presidente da Mesa, Maria Manuel Oliveira, constatando haver quórum, deu início à reunião, pelas 14 horas e 55 minutos. Agradeceu a presença de todos e solicitou autorização para a gravação da reunião.

Ponto 1. Boas-vindas pelo Presidente do Conselho Diretivo da SR Centro.

Maria Manuel Oliveira agradeceu o convite da SR-Centro para a realização da 7.ª e última reunião descentralizada da Assembleia, assim como o programa preparado pela SR-Centro. Salientou a importância destas reuniões e deu a palavra ao Presidente do CDR-Centro, Carlos Figueiredo.

Carlos Figueiredo agradeceu e deu as boas-vindas a todos, fazendo referência ao programa preparado pela SR-Centro após o final da reunião. Chamou a atenção para o novo edifício/sede, em que se encontravam, e para a exposição “Arquitetura ao Centro” inaugurada recentemente. Terminou com os votos de uma boa sessão.

Maria Manuel Oliveira congratulou-se pelo facto de a Assembleia ter conseguido estar presente em todas as secções, referindo que este périplo, acompanhando a instalação das SR, tinha sido uma questão de honra desta AdD. Agradeceu as palavras do Presidente do CDR-Centro, que saiu da reunião

Ponto 2. Período de Informações - apresentação à Assembleia de assuntos do seu interesse

A Presidente - Informou que não tinha havido qualquer pedido de inscrição por parte dos Delegados para este ponto. A Mesa da AdD, tinha a informar, relativamente à Lei das Ordens, que a Proposta de Lei 96, que irá alterar os Estatutos das Ordens Profissionais, encontrava-se em apreciação, na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, para posterior votação, na generalidade, na Assembleia da República no próximo dia 19 de julho. Mencionou as alterações profundas, nomeadamente o novo órgão de supervisão e a sua relação com os restantes órgãos da Ordem, e salientou ter havido um período muito intenso de discussão e contactos entre as Ordens e o Governo. Terminou referindo ter conhecimento que algumas das alterações apresentadas iriam ser atendidas, mas outras não.

Ponto 3. Aprovação das Atas das 2 últimas reuniões

Maria Manuel Oliveira informou que tinha havido pedidos de correção às atas, nomeadamente na Ata da 18ª reunião, realizada no Algarve: - pequenas alterações solicitadas pelo Comissário da CT-Transição Digital, que em nada alteravam a seu conteúdo e tinham sido introduzidas; - Décio Ferreira tinha solicitado uma retificação relativamente a uma intervenção da Arq.ª Paula Santos. A Presidente da Mesa referiu que tinham voltado a ouvir a gravação, tendo alterado esse parágrafo do seguinte modo: *“...Quanto à não existência de documentos da CT-TD na respetiva página, concordou que, de facto, será necessário comunicar melhor, referindo que estas Comissões são muito recentes e têm estado muito ocupadas - igualmente apoiando o CDN na resposta às pronúncias por solicitação do Governo, que são imensas e com prazos de resposta muito curtos, e informou que se encontram lá dois dos documentos produzidos, nomeadamente o texto apresentado no Congresso”...*

Décio Ferreira informou que discordava desta nova proposta de redação.

Maria Manuel Oliveira, sobre a proposta de Ata da 19ª reunião, referiu que: - Igor Espínola França tinha apresentado um pedido de correção numa das suas intervenções, o que tinha sido aceite; - Décio Ferreira tinha pedido a designação dos membros que se tinham absterido nas votações, o que não tinha sido aceite, conforme decisão anterior e expressa na ata da 18ª reunião.

Maria Manuel Oliveira colocou as atas à votação, **tendo sido ambas Aprovadas por Maioria**, conforme:

Ata 18.ª – 27 de maio – 19 votos a favor, 3 abstenções (por não participação na reunião) e 1 voto contra (Décio Ferreira, que apresentará declaração de voto).

Ata 19.ª - 17 junho – 18 votos a favor, 4 abstenções (por não participação na reunião) e 1 voto contra (Décio Ferreira, que apresentará declaração de voto).

(nestas 2 votações estavam na reunião 23 delegados, tendo Lino Paixão entrado na reunião durante este ponto)

Décio Ferreira solicitou para intervir referindo que tinha enviado um mail à Presidente, referente à intervenção da CT TDigital na 18ª reunião da AdD, e que, aparentemente, não tinha tido resposta.

Maria Manuel Oliveira respondeu que não tinha visto o mail, iria verificar e responder com brevidade.

Ponto 4. Apreciação e votação da proposta de Regulamento do Colégio da Sustentabilidade do Ambiente Construído

Para a apresentação e discussão deste ponto, deu entrada, on-line, a Arq.^a Carla Lima Vieira, Secretário do CDN, a quem foram dadas as boas-vindas e a palavra.

Carla Lima Vieira agradeceu e iniciou a apresentação do Regulamento, enviado para conhecimento prévio dos Delegados, fazendo uma síntese do tema e o seu historial. Tinha sido iniciado em 2021, aquando da criação da CT da Sustentabilidade, e culminado numa recomendação ao Congresso da OA nos Açores, que tinha sido vertida também na Moção de Orientação do Congresso. Logo de seguida, tinham começado a trabalhar neste Regulamento, explicando o nome do colégio e referindo que o Regulamento era muito idêntico aos dos outros 3 colégios da Ordem, excetuando claro, o objeto do colégio. O projeto de Regulamento tinha sido aprovado em CDN e estado em consulta pública, até 15 junho. Dessa consulta pública, só tinha havido 2 contributos que, dentro do possível, tinham sido integrados no regulamento. Seguidamente o projeto de Regulamento foi aprovado, por unanimidade em plenário do CDN, salientando que este e outros temas, ligados à sustentabilidade, foram sempre aprovados por unanimidade. Considerava assim que se concretizava o longo caminho de maturação sobre a sustentabilidade, reunindo o consenso a vários níveis, tal como na Moção do Congresso. Salientando que era com muita satisfação que trazia hoje este documento para aprovação da AdD, desejavelmente, terminou colocando-se à disposição para prestar os esclarecimentos que entendessem.

Maria Manuel Oliveira abriu um espaço de debate e esclarecimentos à Assembleia.

Luís Pacheco solicitou a palavra para apontar que diversos artigos do Regulamento, tinham algumas contradições, nomeadamente sobre as eleições ao Colégio, sobre as listas e alguns prazos para as candidaturas.

Carla Lima Vieira explicou que efetivamente nunca tinha havido eleições ao mesmo tempo dos Colégios e restantes órgãos da OA. Já tinham verificado que os regulamentos necessitavam de melhoramentos e revisões, mas tinham decidido esperar pelo novo Estatuto, para posteriormente serem feitas essas alterações e outras, adequadas ao novo estatuto e a serem necessariamente feitas em todos os Regulamentos.

José Luís Fernandes questionou sobre as eleições, nomeadamente porque referia que as listas deviam ser apresentadas na “mesma cor, formato e tipo de papel” etc., mas não se dizia, em lado nenhum, como deveriam ser realizadas as eleições/votações, o que era supostamente mais importante.

Carla Lima Vieira esclareceu que o que não estivesse explícito neste regulamento, era remetido para o Regulamento Eleitoral da Ordem, mas considerou que era uma referência sem grande sentido, a retirar na próxima revisão.

Décio Ferreira referiu que já se encontrava à espera deste Regulamento, dava os seus parabéns por isso e por ser discutido nesta reunião. Mencionou que no ponto 2 vinha referido que *“Estes atos próprios da profissão de arquiteto foram salvaguardados pelo reconhecimento que o Estado português desde sempre garantiu ao arquiteto, e encontram-se expressamente ressalvados na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, com a redação dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra”* e só por causa disto não iria votar a favor. Questionou se a OA, estando em gestão, poderia aprovar e dar seguimento a este assunto.

Carla Lima Vieira sobre o ponto 2, referiu remeter para a lei 31, que não tinha sido mudada. Sobre a gestão informou que o estatuto não fala desse período, considerava que até às eleições o CDN estava em funções,

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



e somente entre as eleições e a tomada de posse é que se ficava em gestão. Terminou dizendo que se o Regulamento fosse hoje aprovado, segunda-feira seguiria para publicação entrando em vigor com brevidade.

Ivo Oliveira, relativamente à designação “Colégio da Sustentabilidade do Ambiente Construído”, questionou o porquê do nome, por sempre se ter falado só em sustentabilidade.

Carla Lima Vieira esclareceu que, e para si, sempre tinha sido só o Colégio da Sustentabilidade, mas o termo sustentabilidade, era muito aberto e podia incluir muitas sustentabilidades. Tinham então considerado que o Colégio deveria focar-se no ambiente construído e assim tinham optado por aquele nome.

Ivo Oliveira referiu que, na sua opinião, delimitava um pouco o tema, mas considerou-se esclarecido.

Telmo Cruz, contribuindo para o esclarecimento, referiu que o ambiente construído “não são só os tijolos”, dando como exemplos Monsanto ou o Alentejo, que eram ambientes construídos, pelo que não considerava redutor este nome. Mencionou ainda que iria abster-se de votar este regulamento, visto poder vir a fazer parte da comissão instaladora, querendo manter e garantir a isenção e independência deste órgão (Assembleia de Delegados).

Maria Manuel Oliveira questionou se a sua abstenção não queria dizer que a sua convicção neste regulamento era reduzida.

Telmo Cruz respondeu que não. Estava convicto da importância deste regulamento e do tema, e tinha tido forte empenho e trabalho na criação do Colégio e deste regulamento. Sobre o nome salientou que quem vier a estar neste Colégio, assim como nos outros Colégios, é que dará o mote ao que for necessário ir sendo tratado e discutido, referindo que o regulamento não tinha um peso assim tão grande, que delimitasse as opções que pudessem vir a ser tomadas e poderia ser mudado conforme as exigências de cada momento. Terminou salientando que o ambiente construído era tudo desde a construção civil e até à flora e paisagem.

Leonor Cintra Gomes mencionou que não iria inviabilizar a criação deste Colégio, mas considerava ser da maior relevância a criação do Colégio dos Arquitectos da Administração Pública e a Ordem deveria também atender à especificidade desta forma de exercício.

Décio Ferreira, sobre a resposta dadas às duas arquitetas que deram os seus contributos, questionou se os comentários não se enquadravam neste regulamento, mas também nos outros Colégios. Considerou que a questão da sustentabilidade era uma área que nos ia bater de frente, mostrando a sua apreensão pelo trabalho que tinha sido feito e estando à espera que seja tornado realidade, o que ia de encontro à nossa missão como arquitetos, como intervenientes no espaço, nomeadamente no caso das metas que são os nossos mandatos.

Maria Manuel Oliveira referiu que lamentavelmente, e incluindo-se neste número, só tinham surgido dois contributos, enquanto o documento esteve em discussão pública. Considerou ser triste e muito preocupante esta falta de contributos e de participação dos arquitetos, e questionou se poderiam ser apresentadas propostas de alteração a este regulamento, enquanto assembleia ou contributos individuais.

Carla Lima Vieira também achou que iriam receber muitos mais contributos, mas não a tinha surpreendido pois, esta falta de participação acontecia em relação a todas as atividades da Ordem. Deu o exemplo da pouca participação nas assembleias regionais. Havendo agora 29 mil arquitetos, existia uma enorme e preocupante falta de participação. Sobre possíveis contributos, agora, considerou que poderiam ficar registadas em ata essas propostas/recomendações e aquando das revisões dos regulamentos poderiam vir a ser incluídas.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Maria Manuel Oliveira concordou e alertou que seria importante que os delegados enviassem os seus contributos, que pudessem, em tempo próprio, vir a ser incluídos na revisão.

Telmo Cruz e Décio Ferreira ambos referiram que os arquitetos deveriam ser informados quando os documentos se encontravam em discussão pública.

Maria Manuel Oliveira comentou que não se podia estar sempre a lembrar tudo o tempo todo, mas neste momento, se calhar tínhamos de insistir de modo a criar hábitos de participação. Reforçou que os Delegados fizessem chegar à Mesa os seus contributos, para posterior envio ao CDN. Por fim sugeriu, ironicamente, que fosse criado o Colégio da Comunicação.

Ivo Oliveira questionou sobre o regime transitório e esta fase de arranque do Colégio, parecendo-lhe que algo não estava a ser considerado.

Carla Lima Vieira esclareceu que se encontrava previsto um regime transitório de um ano.

Paulo Pardelha pronunciou-se não sobre o Regulamento, mas sobre este Colégio, considerando ser de grande importância. O consenso sobre estes temas, todo o trabalho que tinha sido feito e o Congresso em torno deste tema era assinalável, o que nos poderia permitir, ainda, ter um futuro sustentável. Certamente que poderia haver um regulamento melhor e com mais participação, mas queria salientar o tema da sustentabilidade, uma vez que enquanto profissionais e cidadãos, sem ele não conseguiremos viver, não havendo arquitetura, nem nada, por isso era um desafio para todos nós.

Maria Manuel Oliveira corroborou o que Paulo Pardelha acabava de dizer, referindo que apesar de algumas contradições e outras questões processuais de regulamento, facilmente resolúveis, considerava que esta discussão era de vital importância. Terminou referindo que este tema era fundamental e a criação do Colégio era uma declaração de interesse por parte da Ordem, para a profissão e não só.

Não havendo mais inscrições, a Presidente da Mesa agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados por Carla Lima Vieira, que também agradeceu e saiu da reunião.

Maria Manuel Oliveira questionou se alguém ainda pretendia comentar ou dizer algo sobre este assunto, a nível interno, antes de se passar à votação do regulamento.

Marta Falcão pediu a palavra para referir que o tema da sustentabilidade era uma obrigação de todos. Questionou como iriam selecionar os arquitetos para fazer parte do Colégio, sendo que era uma obrigação dos 29 mil arquitetos. Concordava com o tema, mas não era a favor do Colégio. Disse ainda que não iria votar contra, por ser um projeto acarinhado e com o empenho de todos, mas todos dias trabalhava com a sustentabilidade. Terminou referindo que estavam todos preocupados com o regulamento, mas a sustentabilidade era transversal, pelo que ficava confusa com a criação deste cluster e o pensar que havia pessoas que não tinham estas preocupações desde sempre, certamente era algo enraizado nas faculdades e/ou nos liceus.

Maria Manuel Oliveira disse que compreendia esse ponto de vista, e que supunha ser um sentimento comum a muitos, devendo ser algo intrínseco. Mas considerava ter de se enraizar, e estes colégios, se funcionarem bem, poderiam ser um organismo, um centro catalisador e influenciador, junto das universidades e outras entidades, e que irá trabalhar no sentido da sua disseminação.

João Fagulha considerou que deste modo existirá mais um local para discussão deste tema e que todos os arquitetos, que o pretendam, deveriam poder pertencer ao Colégio.

Leonor Cintra Gomes informou que tinha assistido, na semana passada, a uma conversa, on-line, com os três Colégios da OA, organizada pelo Arq.^o Nuno Costa e tinha verificado que todos os colégios funcionavam de

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



forma diferente. O Colégio do Património tinha realizado imensas coisas, mesas redondas, visitas, colóquios. O Colégio de Urbanismo não tinha feito absolutamente nada para os seus membros e o representante do COB tinha-se queixado do relacionamento com o CDN, o que não tinha permitido ter iniciativas. Concluía assim, que o funcionamento dos Colégios dependia muito das pessoas que faziam parte dos seus órgãos, alertando para que, nas eleições se tenha atenção às pessoas que se candidatam, porque de outro modo só se criavam entropias.

Telmo Cruz informou que se absterá na votação e que irá apresentar uma declaração de voto nesse sentido.

Maria Manuel Oliveira, terminada a discussão, colocou à votação a Proposta de Regulamento que foi **Aprovado por Maioria** com os seguintes votos:

A favor - 16

Contra – 0

Abstenções – 6

(Nesta votação participaram 22 delegados, uma vez que José Luís Fernandes se encontrava ausente da sala)

Ponto 5. Balanço do Mandato da Assembleia de Delegados 2020/2023

Para este ponto da reunião, tinham sido convidados e estiveram presentes todos os Presidentes dos Conselhos Diretivos Nacional e Regionais da Ordem dos Arquitectos.

Maria Manuel Oliveira agradeceu a presença de todos os convidados e explicou que, previsivelmente, esta era a última reunião deste mandato. Lembrou que todos os anos a AdD tinha promovido uma reunião desta natureza, entendendo ser um tema central deste mandato o contribuir para a regionalização, o enraizamento da atividade e a aproximação da Ordem aos vários territórios. Considerou que estas reuniões tinham um significado importante, desejando uma troca de impressões aberta e útil também para os que nos irão suceder. Saliu a significativa confiança que se tinha estabelecido entre todos e o papel importante que se tinha cumprido e desenvolvido nestes 3 anos.

Informou que Leonor Cintra Gomes iria apresentar o Balanço do Mandato, daria depois a palavra a cada um dos Presidentes que quisesse intervir e no final o arq.º Gonçalo Byrne encerraria a nossa reunião de final de mandato.

Leonor Cintra Gomes fez uma apresentação em *powerpoint* - Balanço do Mandato da Assembleia de Delegados 2020-2023 (anexo a esta ata) - sintetizando a atividade desenvolvida ao longo dos últimos 3 anos, desde a tomada de posse até à 20.ª reunião (assuntos discutidos, votações, recomendações, iniciativas, custos, participações nas reuniões, etc.). Terminou dizendo ser o balanço possível, uma vez que tinha sido solicitado a todos os delegados contributos para este balanço (pontos negativos, positivos e uma sugestão para futuro) mas só os 2 delegados do Algarve tinham respondido.

Maria Manuel Oliveira agradeceu a apresentação e cumprimentou todos os Presidentes e os outros representantes das SR que se encontravam presentes, manifestando o seu agrado e gratidão por esse facto. Referiu que esta reunião se revestia de uma importância particular, por ser a última reunião da AdD deste mandato, parecendo-lhe, nesse sentido, essencial refletir sobre esta trajetória e cumprir o exercício crítico deste mandato em que foi feita a descentralização da Ordem tendo a AdDel sido uma peça central nesta refundação, como designada pelo arq.º Gonçalo Byrne. Seguidamente leu uma comunicação, que se anexa a esta Ata.

Terminada a leitura, deu a palavra aos Presidentes dos CDR, para que também fizessem um balanço ou reflexão sobre este mandato.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



O **Presidente do Conselho Diretivo dos Açores, Nuno Costa**, agradeceu o convite e referiu, sobre o mandato, ter havido um conjunto de contradições, mas que o balanço que fazia era bastante positivo. Enumerou as diversas iniciativas e eventos organizados pela SR-Açores e elencou alguns dos pontos mais negativos, tais como a repartição de quotização, as reservas regionais, a gestão partilhada do orçamento, os custos associados à insularidade etc. Terminou agradecendo aos elementos da sua SR.

A **Presidente do Conselho Diretivo do Alentejo, Cláudia Gaspar**, falou essencialmente da descentralização, visto o Alentejo ser uma zona grande e muito dispersa e as dificuldades associadas, nessa geografia. Referiu os lugares por onde tinham passado e feito contactos e visitas, permitindo fazer protocolos, criar laços, não só numa itinerância pela cidades e vilas do Alentejo, mas também em cidades fronteiriças de Espanha. Mencionou trabalhos que tinham feito com a Universidade de Évora e contactos com a CCDR e outras entidades. Terminou agradecendo aos funcionários e colegas da sua SR, a todos os colegas Presidentes de outras Secções, à Presidente da AdD, bem como ao Presidente e Vice-Presidente do CDN.

A **Presidente do Conselho Diretivo Norte, Conceição Melo**, agradeceu a todos os presentes e através de um *powerpoint* enumerou diversas iniciativas, prémios, exposições, etc., promovidas e realizadas pela SR-Norte. Manifestou algumas preocupações, nomeadamente a independência económica e a sustentabilidade económica das SR, assim como a importância de criar uma estratégia de comunicação, face à falta de comunicação com o exterior. Salientou ser necessário o reforço inter-regional e uma melhor articulação com o CDN de modo a ter-se uma ação una e uma Ordem para todos.

A **Presidente do Conselho Diretivo Lisboa e Vale do Tejo, Helena Botelho**, cumprimentou todos e referiu que este mandato tinha sido muito exigente com a necessidade de organizar uma Ordem com 7 SR. Considerou que esse trabalho estava feito, sendo necessário afinar algumas coisas. Mostrou grande satisfação pois, para além de terem conseguido “arrumar a casa”, todas as SR ainda tinham feito muitas atividades. Referiu que a SR- LVT era muito diferente das outras, representando quase 50% dos membros da OA e exigindo um pouco mais de trabalho. Destacou algumas das atividades realizadas, salientando que o tema principal do seu mandato tinha sido o trabalho em torno da Encomenda e dos Concursos. Para terminar deixou um agradecimento público a todos os funcionários que, com muitas dificuldades nesta nova orgânica, tinham dado apoio às outras SR e tinham conseguido fazer um excelente trabalho. Igualmente agradeceu a todos, ao Presidente e a toda a equipa do CDN, aos Delegados e obviamente a todos os membros do seu Conselho Diretivo.

A **Presidente do Conselho Diretivo da Madeira, Susana de Jesus**, agradeceu o convite e referiu que este mandato tinha sido muito difícil e tinha tido muitas dificuldades em implementar a sua Secção. Não pretendia enumerar todas as atividades que tinham feito, mas salientou que tentaram levar a arquitetura e o papel do arquiteto a todo o território insular da Madeira, conseguindo uma maior aproximação dos arquitetos à SR e à Ordem. Considerou que se deveria analisar o que tinha acontecido na atividade das Secções, para se poder verter, no futuro, nomeadamente na alteração/revisão do Estatuto que irá acontecer, entendendo que, por exemplo, numa SR pequena, não fazia sentido ter um Conselho de Disciplina. Continuou, salientando que a máquina da Ordem precisava de ser oleada e que havia necessidade de ter um conhecimento mais profundo dos assuntos e do que acontecia antes e depois dos debates de certos assuntos. Referiu o importante papel do seu delegado Manuel Rosa, mas mesmo assim tinham tido dificuldades em acompanhar alguns temas. Considerou que existia uma grande falta de comunicação entre Órgãos, mencionou novamente a dificuldade que tinha havido na implementação da sua Secção, devido, também, a certos procedimentos, que se encontravam muito dependentes do CDN, dando como exemplo o arrendamento de um novo espaço para Sede. Terminou considerando que estas reuniões e estes balanços são importantíssimos e agradeceu e deu os parabéns pelo trabalho de todos e em particular aos restantes Presidentes das SR.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



O **Presidente do Conselho Diretivo do Algarve, Luís Matos**, começou por referir que Susana de Jesus tinha feito uma síntese muito boa de toda a situação. Salientou o trabalho de todos, principalmente dos funcionários que mantinham toda a máquina a trabalhar. No mandato anterior tinha-se conseguido regular as 7 secções, e neste mandato tinha-se conseguido ter os espaços físicos e os funcionários nas 7 SR. Mencionou que ainda faltava muita coisa, como uma Ordem coesa, conjunta e única. Referiu que a Assembleia era o único órgão que respeitava a regionalização, por ser composta por membros das diversas regiões e pelos presidentes das AR, sendo o órgão que conseguia dar um contributo geral de todo o nosso país. Tal como Susana tinha referido, havia uma grande separação entre os CDR e os restantes órgãos, chamando a atenção para o facto de não existir um mecanismo legal para que as SR se pudessem reunir e estabelecer ligações. Existindo problemas regionais que deveriam ser discutidos, entre eles, e que não chegava a discussão nos Delegados ou outro local. Concluindo referiu que o próximo mandato será um mandato de consolidação e que o mais importante era estarem presentes, estarem no território e fazerem o melhor possível. Terminou agradecendo a todos no geral e em particular aos dois delegados do Algarve Francisco Domingos e Nuno Freitas.

O **Presidente do Conselho Diretivo do Centro, Carlos Figueiredo**, começou por agradecer aos seus colegas da Secção, com os quais tinha feito uma equipa, criado laços de amizade e, por isso, tinha funcionado muito bem. Mencionou que gostaria de salientar que a Ordem se encontrava, agora, descentralizada, sendo muito diferente chegar junto das entidades, municípios, etc., dizendo ser o Presidente da SR. Deste modo as relações e as hierarquias estabeleciam-se de maneiras completamente diferentes, o que era muito importante, e assim as SR tinham ganho peso e visibilidade. Considerou ser importante sair do quadro institucional, andar à frente e ter iniciativas, e assim conseguir chegar às autarquias, à administração pública e aos arquitetos. Concluiu agradecendo a todos os presentes que convidou a visitar a exposição “Arquitectura ao Centro”.

Presidente do Conselho Diretivo Nacional, Arq.º. Gonçalo Byrne agradeceu o convite para estar presente neste momento importante que era a 20ª e última Assembleia de Delegados, referindo que era o fecho da atividade ao longo de 3 anos de trabalho notável e importantíssimo para a vida da Ordem, que tinha sido feito com muita dedicação, empenho e de modo claro e transparente, resultando num trabalho continuado, discutido, refletido, conclusivo e importante. Agradeceu particularmente à Mesa da AdDel e a cada um dos Delegados a dedicação e trabalho. Salientou que a AdD tinha um papel preponderante na vida da Ordem e no seu funcionamento democrático e que o balanço tinha sido bastante positivo. Referiu ainda que a função de aconselhamento e as recomendações desta Assembleia tinham sido importantes. Chamou a atenção para a discussão de temas, que tinham contribuído para as políticas de arquitetura, assim como as ações que tinham sido desenvolvidas no âmbito da proximidade das regiões. Mencionou que estes eram aspetos fundamentais para a execução dos dois objetivos fundamentais da Ordem, tendo citado as alíneas *a)* e *b)* do artigo 5.º do Estatuto da OA. Falou ainda sobre os reptos e desafios que se esperavam da Ordem, referindo essencialmente o licenciamento e a habitação, a uniformização e simplificação dos procedimentos administrativos e principalmente a importância da alteração e revisão dos Estatutos. Terminou agradecendo a todos o papel que tiveram e o desempenho que este órgão teve na sua estrutura e no reforço da sua presença institucional perante o Estado, a Sociedade e todos os que estavam abrangidos pelo que desempenhávamos, onde o arquiteto e a arquitetura estejam presentes.

Maria Manuel Oliveira agradeceu as intervenções e a presença de todos, referindo que no final desta trajetória de 3 anos, se percebia que se encontravam numa fase de crescimento. Considerou muito importante este tipo de encontros que serão uma semente para quem vier a seguir de modo a se encontrar uma comunicação mais fluida de modo a que possam estar todos mais presentes no futuro. Terminou manifestando a sua satisfação e orgulho no ambiente final em que se encontravam todos.

ASSEMBLEIA DE DELEGADOS

Travessa do Carvalho, 23
1249-003 Lisboa, Portugal
T: +351 213 241 110

delegados@ordemdosarquitectos.pt
www.arquitectos.pt



Ponto 6. Outros Assuntos

Não foram apresentados outros assuntos à discussão.

Não havendo mais tópicos a debater, foi dada por terminada a ordem de trabalhos. Por questões logísticas não foi possível a ata sintética ser lida na reunião.*

Maria Manuel Oliveira, agradecendo mais uma vez a presença de todas e todos, e encerrou a sessão às 19 horas e 10 minutos.

Desta sessão foi lavrada a presente Ata que será enviada, apreciada e votada pelos delegados, via e-mail, por não haver mais reuniões desta Assembleia no presente mandato, e posteriormente, assinada pelas Presidente e Vice-Presidente.

Maria Manuel Oliveira,
Presidente da Mesa da Assembleia de Delegados

Leonor Cintra Gomes
Vice-Presidente da Assembleia de Delegados

* Posteriormente à data desta reunião, a ata sintética foi enviada a todos os delegados para apreciação e votação, tendo sido aprovado por maioria, com 1 voto contra (Décio Ferreira).

Anexos:

Regulamento do Colégio da Sustentabilidade do Ambiente Construído;
Contributos dos 2 delegados Secção Regional do Algarve;
Declarações (2) de voto de Décio Ferreira, relativas ao ponto 3 da OT;
Powerpoint Balanço do Mandato da Assembleia de Delegados 2020/2023;
Texto lido pela Presidente da Mesa Assembleia de Delegados.